



CORRETORES
E CONSULTORES
DE SEGUROS

Seguramos Consigo

MSE - CORRETORES E CONSULTORES DE SEGUROS S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO : 2023

MSE - CORRETORES E CONSULTORES DE SEGUROS, S.A.
Av. Conde Valbom, N.º1, Loja, 1050-066 LISBOA
+351 210 998 406 . administrativo@mse-seguros.pt
mse-seguros.pt

Capital Social €230.000,00 . N.I.P.C e C.R.C. Lisboa n.º 501158 200

1 - Introdução

A MSE - CORRETORES E CONSULTORES DE SEGUROS S.A., com sede social em AVENIDA CONDE VALBOM N 1 A, com um capital social de 230.000,00 €, tem como atividade principal Atividades de mediadores de seguros. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2023.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da MSE - CORRETORES E CONSULTORES DE SEGUROS S.A., procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

O ano de 2023 pode ser dividido em 3 categorias, economia, guerras e alterações climáticas.

Para muitos, a evolução da economia em 2023 foi uma surpresa. A ameaça das elevadas taxas de inflação registadas em 2022 fazia temer o pior. Historicamente, períodos de elevada inflação são seguidos por períodos de recessão, diminuição drástica da atividade económica e subida do desemprego. No entanto, a recuperação das cadeias logísticas, a diminuição da procura por bens de consumo, as políticas financeiras e monetárias adotadas pelos bancos e a estagnação dos salários permitiram abrandar a inflação. O mundo parece ter afastado o cenário de recessão, substituindo-o por uma "soft-landing". Para os restantes indicadores, a palavra de ordem foi "abrandamento", a atividade económica abrandou, o crescimento do PIB da maioria dos países abrandou e o mercado de trabalho abrandou.

Na segunda categoria, guerras, aconteceu o esperado e o inesperado. Como era exetável a guerra na Ucrânia permaneceu o ponto central de grande parte de 2023. O conflito atingiu um novo impasse após a contraofensiva ucraniana ter nutrido poucos ganhos sendo que a Rússia manteve a sua política de bombardeamento indiscriminado. Do lado do inesperado, o mundo assistiu ao reacender de um conflito histórico no médio oriente. A invasão de Israel pelo Hamas despoletou uma contraofensiva na Faixa de Gaza que se materializou numa invasão por parte das forças israelitas e no bombardear incessante do território palestino. Ao contrário da guerra na Ucrânia, em que a resposta pró-Ucrânia foi praticamente total, o conflito no médio oriente gerou ondas de controvérsia que se alastraram um pouco por todo o mundo. Líderes mundiais tomaram posições opostas, foram levantadas questões sobre crimes de guerra de parte a parte e alastraram-se manifestações populares pró-palestinianas em vários países. Este conflito armado, que se tornou também num conflito de opiniões, fez aumentar as divisões religiosas em algumas regiões, com relatos de ataques e de um aumento generalizado do sentimento antissemita. No meio da escala destes conflitos é de lembrar que 2023 viu ainda dois golpes de estado militares, um no Níger e outro no Gabão.

Recorrendo a algumas regiões ilustrativas, o gráfico acima espelha o parco crescimento do PIB na Zona Euro em 2023. Este abrandamento é espelho de uma quebra na atividade industrial, e numa perda de força no crescimento dos serviços.

Por outro lado, a inflação também abrandou de forma transversal em todos os setores. Para os bens, a descida dos preços deve-se a uma quebra na procura e à recuperação das cadeias logísticas e de fornecimento. Na área dos serviços, atingiu-se o ponto de reabertura plena o que trouxe mais equilíbrio à relação procura oferta.



Relativamente ao desemprego, não houve alterações significativas entre 2022 e 2023. O Eurostat reportava que a taxa de desemprego na Zona Euro era de 6,5% em outubro de 2023, uma descida de 0,1 pontos percentuais relativamente aos 6,6% registados a Outubro de 2022. Quanto à União Europeia, a taxa de desemprego terá ficado pelos 6% em outubro de 2023, uma descida 0,1 pontos percentuais relativamente aos 6,1% registados a Outubro de 2022.

Mesmo que ligeira, a descida da taxa de desemprego demonstra a resiliência do mercado de trabalho face à desaceleração de atividade e crescimentos na Europa. Não obstante, o ano findo viu diminuir o número de vagas disponíveis bem como a procura por mão de obra, especialmente nos setores industriais e de construção. O setor dos serviços, embora continue em expansão, também mostrou sinais de quebra.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2023 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 981.310,22 €, representando uma variação de 52,67% relativamente ao ano anterior.

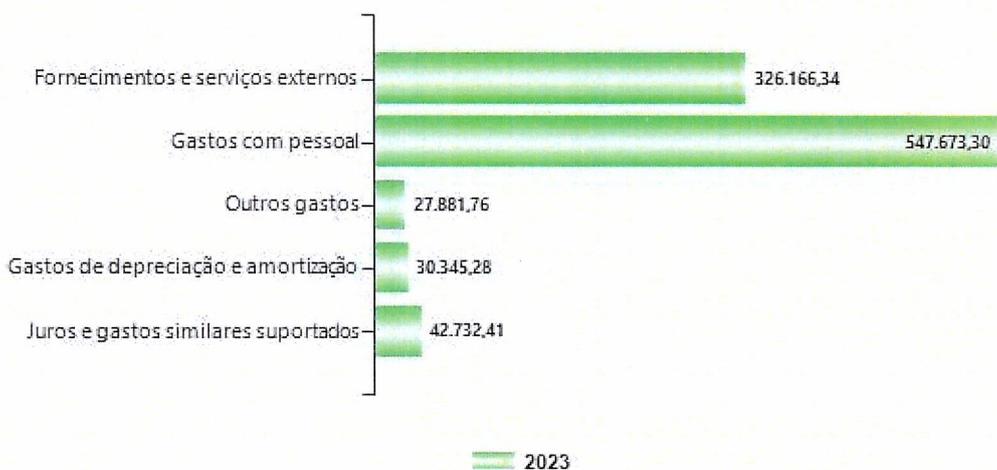
A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:

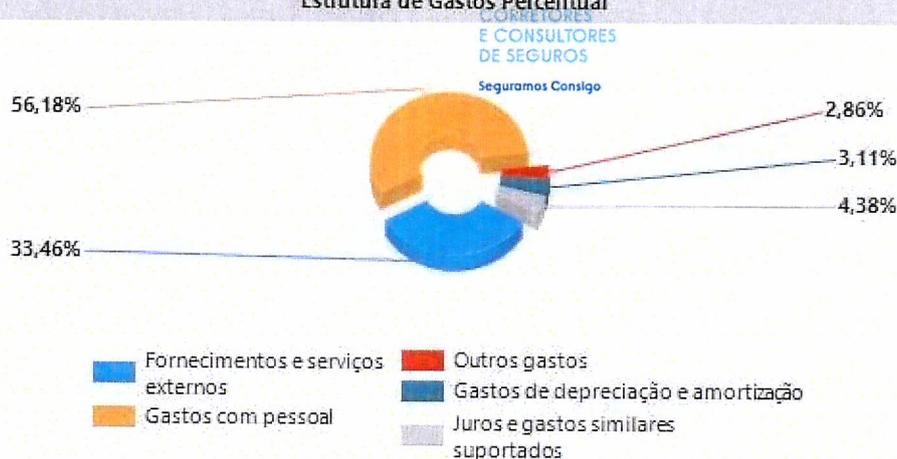




Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

Estrutura de Gastos

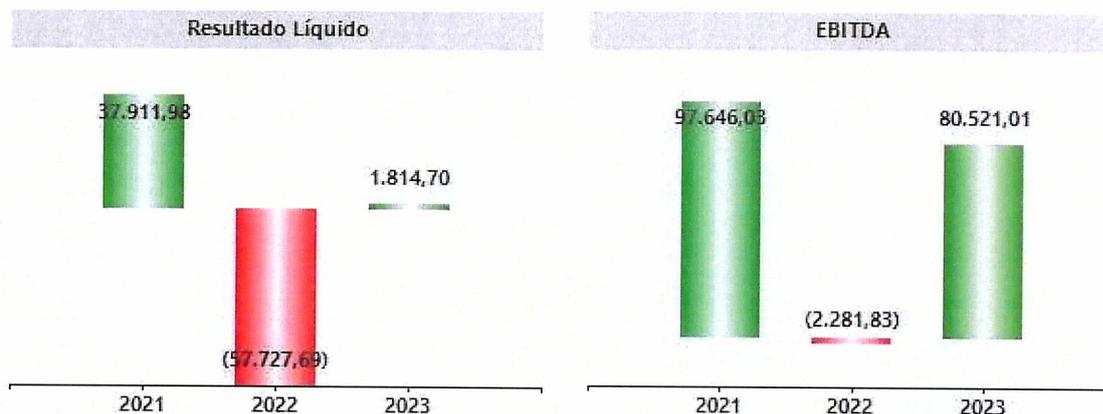




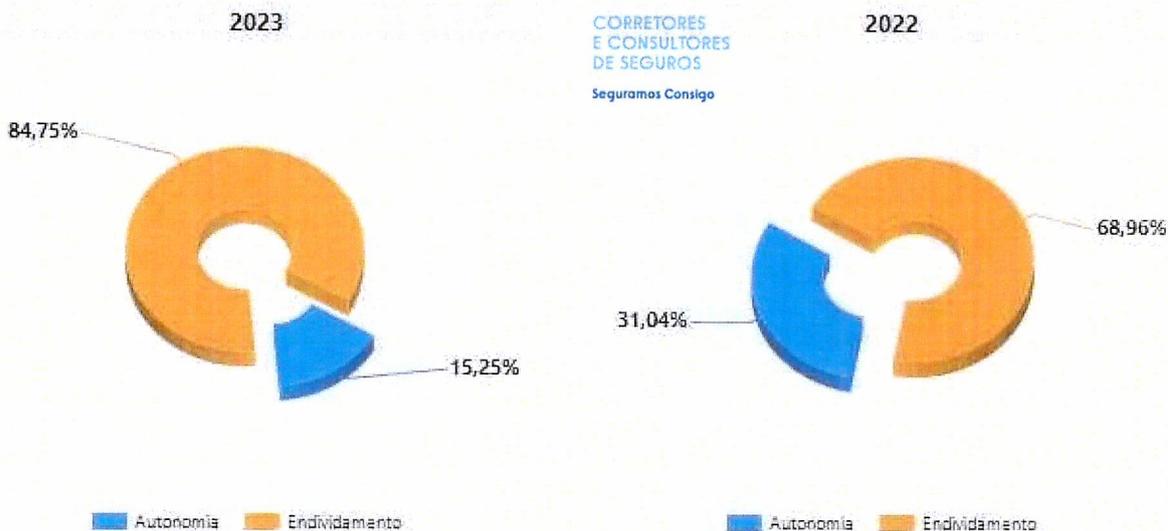
No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos

RUBRICAS	PERIODOS		
	2023	2022	2021
Gastos com Pessoal	547.673,30	375.748,82	373.329,51
Nº Médio de Pessoas	15,00	9,00	10,00
Gasto Médio por Pessoa	36.511,55	41.749,87	37.332,95

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2023		2022	
Ativo não corrente	467.009,21	41 %	479.901,03	40 %
Ativo corrente	674.878,88	59 %	710.160,38	60 %
Total ativo	1.141.888,09		1.190.061,41	

RUBRICAS	2023		2022	
Capital Próprio	174.182,28	15 %	369.405,78	31 %
Passivo não corrente	329.609,68	29 %	421.366,38	35 %
Passivo corrente	638.096,13	56 %	399.289,25	34 %
Total Capital Próprio e Passivo	1.141.888,09		1.190.061,41	

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A MSE - CORRETORES E CONSULTORES DE SEGUROS S.A. no período económico findo em 31 de dezembro de 2023 realizou um resultado líquido positivo de 1.814,70€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
Resultados transitados	1.814.70 €

5- A nossa atividade em 2023 e perspectivas para 2024

O exercício de 2023 veio confirmar de forma clara e evidente a nossa aposta no desenvolvimento sustentado nas áreas onde a nossa presença é mais significativa, aliás a prova disso é o crescimento dos prémios emitidos versus receitas geradas e o aumento considerável do número de contratos emitidos.

Em Portugal, uma das principais actividades económicas que contribuem para o crescimento e desenvolvimento do país, o sector turístico, consolidou e reforçou a sua importância no nosso tecido económico nacional, sendo muito significativa a nossa presença neste setor.

As atividades desportivas registaram um aumento do número de pessoas seguras, sendo que neste domínio a nossa presença aumentou e consolidou.

A mse reforçou a sua presença de forma muito significativa no mercado dos TVDE e consolidou no setor dos táxis, atividades desportivas, associações profissionais e empresariais.

A nossa empresa registou um crescimento de 68% nas receitas, crescemos 69% nos prémios emitidos e em número de apólices obtivemos um incremento de 61%, sendo que estes números demonstram de forma inequívoca todo o trabalho desenvolvido no passado e que agora está a materializar-se e irá crescer ainda mais.

O número de apólices registado deveu-se ao facto de introduzirmos novos produtos nos nichos de mercado onde a nossa exposição se manifesta mais, pelo que o número de contratos ativos e em carteira em 31 de dezembro fosse de 12.000 apólices

O crescimento do número de apólices também se deve a uma grande preocupação da mse, junto de todos os seus clientes, a uma maior transferência de riscos e proteger os mesmos em casos de situações de infortúnio

Por via do aumento da nossa atividade reforçamos a nossa equipa de colaboradores, no entanto, temos vindo a encontrar barreiras ao nível do recrutamento e esperamos colmatar essas dificuldades no próximo exercício por forma a não prejudicar os níveis de serviço que deveremos proporcionar a todos os nossos clientes

Relativo ao exercício de 2024 perspetivamos um ano em que o nosso foco será crescermos nos setores em que a nossa presença é mais significativa, criando, naturalmente, soluções inovadoras, reais e competitivas direcionadas aos atuais e novos nichos de mercado que pretendemos desenvolver de forma simples e diferenciada.

O nosso objetivo é atingirmos no exercício de 2024 receitas cobradas de 1,200.000,00, 14.000 apólices emitidas/ ativas e uma carteira anualizada de prémios totais de 14.000.000,00.

Os números mencionados são resultado do nosso entusiasmo que emana toda a nossa equipa, mas também são o acreditar que o trabalho até agora desenvolvido terá um crescimento sustentável, assente em critérios sólidos e credíveis.

O nosso planeamento estratégico para 2024 deve levar em consideração as tendências do mercado, as necessidades dos clientes e os desafios que podem surgir ao longo do caminho.

Análise do mercado: Avaliar a situação atual do mercado de seguros, identificando oportunidades e ameaças. Isso inclui a análise de concorrentes, tendências de consumo e regulamentações.

Definição dos objetivos: Estabelecer metas claras e mensuráveis para o ano de 2024, levando em

consideração o crescimento da receita, aquisição de novos clientes, retenção de clientes existentes, entre outros.

Segmentação de clientes: Identificar os segmentos de clientes-alvo com base em diferentes critérios. Isso ajudará a adaptar os produtos e serviços oferecidos às necessidades específicas de cada grupo.

Ampliação do portfólio: Expandir o portfólio de produtos e serviços oferecidos aos clientes, buscando parcerias com vários seguradores para oferecer uma ampla gama de opções de cobertura.

Fortalecimento da presença online: Investir em marketing digital e no desenvolvimento de uma presença online forte para atrair novos clientes e fortalecer o relacionamento com os existentes.

Investimento em tecnologia: Acompanhar as inovações tecnológicas do setor de seguros, como o uso de inteligência artificial, chatbots e plataformas online de autoatendimento. Isso ajudará a agilizar os processos, melhorar a eficiência operacional e proporcionar uma melhor experiência ao cliente.

Desenvolvimento de parcerias estratégicas: Buscar parcerias estratégicas com seguradores. Isso permitirá oferecer soluções mais abrangentes aos clientes e fortalecer a posição competitiva no mercado.

Desenvolvimento de uma cultura de inovação e aprendizagem: Promover a cultura de inovação e do conhecimento contínuo junto dos colaboradores, incentivando a criatividade, a busca por novas soluções e o desenvolvimento de habilidades técnicas e comportamentais.

Monitorização constante: Acompanhar regularmente os resultados e realizar ajustes na estratégia, se necessário, para garantir que os objetivos sejam alcançados. Isso pode incluir a análise de métricas de desempenho, feedback dos clientes e avaliações do mercado.

Gestão de riscos: Identificar e gerir os riscos associados às nossas atividades como corretor de seguros, como fraudes, litígios e mudanças regulatórias. Isso garantirá a continuidade do negócio e a proteção dos interesses dos clientes.

Finalizamos agradecendo a todos os nossos clientes, parceiros de negócio, fornecedores e colaboradores a confiança depositada na administração da mse seguros, com o compromisso de manter um espírito inovador, consciente e compensador.

6 - Outras Informações

A MSE - CORRETORES E CONSULTORES DE SEGUROS S.A. não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2023.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal. Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

7 - Considerações Finais

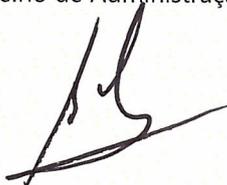
Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da MSE - CORRETORES E CONSULTORES DE SEGUROS S.A..

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Lisboa, 15 de Maio de 2024

O Conselho de Administração



MSE- Corretores e Consultores de Seguros, SA

Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2023

Índice das Demonstrações Financeiras

Balanços em 31 de Dezembro 2023 e 2022	3
Demonstrações dos Resultados por Naturezas dos exercícios findos em 31 Dezembro 2023 e 2022	4
Demonstrações das Alterações no Capital Próprio dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022	5
Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022	6
Anexo às Demonstrações Financeiras	
1 Introdução	7
2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	7
3 Principais políticas contabilísticas	8
4 Fluxos de caixa	14
5 Políticas contabilísticas	14
6 Activos fixos tangíveis	15
7 Outros activos financeiros	16
8 Estado e outros entes públicos	16
9 Outros créditos a receber	17
10 Diferimentos	17
11 Capital	17
12 Outras reservas	18
13 Financiamentos	18
14 Outras dívidas a pagar	19
15 Fornecedores	19
16 Prestação de serviços	19
17 Fornecimentos e serviços externos	20
18 Gastos com pessoal	20
19 Outros rendimentos	21
20 Outros gastos	21
21 Gastos e rendimentos financeiros	21
22 Impostos correntes	21
23 Remuneração do conselho de Administração	22
24 Resultado por acção	22
25 Acontecimentos ocorridos após a data do Balanço	23
26 Divulgações adicionais para as entidades de interesse público	23
27 Prestação do serviço de Mediação de Seguros ou de Resseguros para efeito do Artº 4 da Norma Regulamentar nº 15/2009 de 30 de Dez.	24
28 Partes relacionadas	27

Balanços em 31 de Dezembro 2023 e 2022

ACTIVO	Notas	31-12-2023	31-12-2022
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	6	114.548	127.643
Outros activos financeiros	7	2.973	2.770
Créditos a receber	9	349.488	349.488
Activos por impostos diferidos		-	-
		467.009	479.901
Activo corrente:			
Clientes		-	-
Estado e outros entes públicos	8	-	3.179
Outros créditos a receber	9	592.338	592.498
Diferimentos	10	1.693	5
Activos não correntes detidos para venda		1.400	1.400
Caixa e depósitos bancários	4	79.448	113.079
		674.879	710.160
TOTAL DO ACTIVO		1.141.888	1.190.061
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital subscrito	11	230.000	230.000
Outros instrumentos de capital próprio		-	-
Reserva legal	12	87.284	87.284
Outras reservas	12	300.935	300.935
Resultados transitados		(449.179)	(194.413)
Excedentes de revalorização		3.327	3.327
Resultado líquido do exercício		1.815	(57.728)
Total do capital próprio		174.182	369.406
PASSIVO			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	13	329.610	421.366
Diferimentos		-	-
		329.610	421.366
Passivo corrente:			
Fornecedores	8	19.091	26.375
Estado e outros entes públicos	8	33.597	24.164
Accionistas		-	-
Financiamentos obtidos	13	524.528	230.920
Outras dívidas a pagar	14	60.880	117.831
Diferimentos		-	-
		638.096	399.289
TOTAL DO PASSIVO		967.706	820.656
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		1.141.888	1.190.061

O anexo faz parte integrante do balanço 31 de Dezembro de 2023.

O Contabilista Certificado

Luís Bento Quilçá

O Conselho de Administração



Demonstrações dos Resultados por Naturezas dos exercícios findos em 31 Dezembro 2023 e 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31-12-2023	31-12-2022
Vendas e serviços prestados	16	981.310	642.756
Subsídios à exploração		-	-
Fornecimentos e serviços externos	17	(326.166)	(297.686)
Gastos com o pessoal	18	(547.673)	(375.749)
Provisões		-	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Outros rendimentos	19	932	60.829
Outros gastos	20	(27.882)	(32.432)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		80.521	(2.282)
Gastos de depreciações	6	(30.345)	(32.622)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		50.176	(34.904)
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	21	(42.732)	(18.721)
Resultado antes de impostos		7.443	(53.625)
Impostos sobre o rendimento do exercício	22	(5.629)	(4.103)
Resultado líquido do exercício		1.815	(57.728)
Resultado por acção básico	30	0,04	-1,15

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.

O Contabilista Certificado

Lizete Costa

O Conselho de Administração



Demonstrações das Alterações no Capital Próprio dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

DESCRICÃO	NOTAS							Total do capital próprio	
		Capital Subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Outras reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização		Resultado líquido do período
Posição no fim do 31 de Dezembro de 2021		230.000	-	87.284	300.935	(206.405)	3.327	37.912	453.053
Alterações no exercício		-	-	-	-	37.912	-	(37.912)	-
Aplicação do resultado de 2021		-	-	-	-	(25.919)	-	-	(25.919)
Variações em resultados transitados		-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-
Reembolso prestações acessórias		-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício de 2022		-	-	-	-	-	-	(57.728)	(57.728)
Posição no fim do 31 de Dezembro de 2022		230.000	-	87.284	300.935	(194.413)	3.327	(57.728)	369.406
Alterações no exercício		-	-	-	-	(57.728)	-	57.728	-
Aplicação do resultado de 2022		-	-	-	-	(97.045)	-	-	(97.045)
Variações em resultados transitados		-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-
Reembolso prestações acessórias		-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício de 2023		-	-	-	-	-	-	1.815	1.815
Posição no fim do exercício 31 de Dezembro de 2023		230.000	-	87.284	300.935	(349.186)	3.327	1.815	274.175

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.

Lige Bente Powell



Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos

em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

	Notas	31-12-2023	31-12-2022
Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		981.310	642.756
Pagamentos a fornecedores		(338.560)	(370.146)
Pagamentos ao pessoal		(592.208)	(383.167)
Caixa gerada pelas operações		50.542	(110.557)
Recebimento de imposto sobre o rendimento		-	-
Pagamento de imposto sobre o rendimento		(4.880)	(16.062)
Outros pagamentos relativos à actividade operacional		(238.412)	24.242
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(192.750)	(102.377)
Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-	-
Activos financeiros		-	-
Recebimentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-	-
Activos financeiros		-	1.311
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-	1.311
Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		201.852	81.036
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	13	-	-
Juros e custos similares		(42.732)	(18.721)
Dividendos		-	-
Redução de capital e de outros instrumentos de Capital Próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		159.119	62.315
Variação de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		(33.631)	(38.750)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	114.479	153.229
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	80.848	114.479

O Contabilista Certificado

Luís Bento Pereira

O Conselho de Administração



Anexo às Demonstrações Financeiras

1 Introdução

Constituição e Actividade

A MSE- Corretores e Consultores de Seguros, SA é uma Sociedade anónima com sede na Avenida Conde Valbom, nº 1 A, em Lisboa.

A Sociedade, constituída por escritura pública em 17 de Março de 1981, tem por objecto social exclusivo a Mediação e consultadoria de seguros.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei 98/2015 de 2 de junho de 2015. O SNC é composto pela Estrutura Conceptual ("EC"), pelos Modelos de Demonstrações Financeiras ("MDF") definidos nos termos da Portaria 220/2015 de 24 de julho de 2015, pelo Código de Contas ("CC") definido nos termos da Portaria 218/2015 de 23 de julho de 2015, pelas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e pelas Normas Interpretativas ("NI"), ambas publicadas nos Avisos 8256 e 8258 de 29 de julho de 2015, respetivamente.

As demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações e em conformidade com os conceitos contabilísticos fundamentais de prudência, consistência, especialização dos exercícios, substância sobre a forma e materialidade, respeitando as características qualitativas da relevância, fiabilidade e comparabilidade.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela MSE, SA, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

3 Principais Políticas contabilísticas

3.1. Activos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a Empresa espera incorrer.

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica “Excedentes de revalorização”, exceto se reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente na rubrica “Excedentes de revalorização” até à concorrência de qualquer saldo credor do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor é reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados do exercício e dos exercícios seguintes. A informação sobre as vidas úteis estimadas dos ativos fixos tangíveis finita encontra-se indicada na nota respetiva.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.2. Imparidade de Activos

Os activos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objecto de testes de imparidade a todos os seus activos. A MSE, SA realiza os testes de imparidade a todos os seus activos em Dezembro de cada ano e sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respectiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os activos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.3. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, a entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos, a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. Na maior parte dos casos, a transferência dos riscos e vantagens da propriedade coincide com a transferência do documento legal ou da passagem da posse para o comprador.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

Quando os serviços sejam desempenhados por um número indeterminado de atos durante um período específico de tempo, o rédito é reconhecido numa base de linha reta durante o período específico a menos que haja evidência de que um outro método represente melhor a fase de acabamento. Quando um ato específico seja muito mais significativo do que quaisquer outros atos, o reconhecimento do rédito é adiado até que o ato significativo seja executado.

O rédito proveniente de royalties é reconhecido segundo o regime do acréscimo de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito da Empresa receber o correspondente montante.

3.4. Activos financeiros

A Administração determina a classificação dos activos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos financeiros podem ser classificados/mensurados:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A MSE, SA classifica e mensura ao custo os activos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa

variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

São registados ao custo os activos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A MSE,SA avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a Empresa reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.5. Clientes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas ao justo valor (valor nominal), deduzido dos respectivos ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Ajustamento de contas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.6. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses.

3.7. Passivos financeiros

A Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados / mensurados como:

- (a) Ao custo menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A MSE, SA classifica e mensura ao custo os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

São registados ao custo os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são reconhecidos ao custo (valor nominal).

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente e no passivo não corrente no caso de a empresa ter o direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.9. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Impostos Correntes

A Empresa encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 21,0%. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

Consequentemente, as declarações fiscais da Empresa dos exercícios de 2018 a 2023 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. A Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2023. Também de acordo com a legislação fiscal em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis 12 anos a partir de 2014, sendo suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. A partir do ano de 2014 essa dedução só é permitida até ao limite de 70% do lucro tributável.

Impostos Diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de activos e passivos, que não resultem de uma concentração de actividades, e que à data da transacção não afectem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

3.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a MSE, SA tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a MSE, SA divulga tal facto como um

passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.11. Rendimentos e Gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.12. Investimentos financeiros

Os investimentos em subsidiárias e associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial.

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo entidades com finalidades especiais) sobre as quais a Empresa tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, directo ou indirecto, de mais de metade dos direitos de voto. Na avaliação de controlo foi considerado para além dos poderes de voto, o poder de definir as políticas financeiras e operacionais, e o poder de nomear a Administração/Gerência das subsidiárias.

As associadas são entidades sobre as quais a Empresa tem entre 20% e 50% dos direitos de voto ou sobre as quais a Empresa tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo.

Aquando da aquisição de subsidiárias e associadas, o excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação da Empresa nos activos identificáveis adquiridos é registado como goodwill, o qual, deduzido de perdas acumuladas de imparidade, se encontra considerado na rubrica de Participações financeiras – método de equivalência patrimonial. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente na demonstração dos resultados.

Segundo o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo e associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do período. As participações são ainda ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida da rubrica Ajustamento em activos financeiros. Assim, as demonstrações financeiras incluem a quota-parte da Empresa no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que o controlo ou a influência significativa começa até à data em que efectivamente termina. Ganhos ou perdas não realizados em transacções entre as empresas do Grupo MSE, incluindo associadas, são eliminados. Os dividendos atribuídos pelas subsidiárias ou associadas são considerados reduções do investimento detido.

Quando a quota-parte das perdas de uma subsidiária ou associada excede o valor do investimento, a Empresa reconhece perdas adicionais no futuro, se o Grupo tiver incorrido em obrigações ou tenha efectuado pagamentos em benefício da associada.

As políticas contabilísticas aplicadas pelas subsidiárias e associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente pela Empresa e pelas suas subsidiárias e associadas.

As entidades que se qualificam como subsidiárias e associadas encontram-se listadas na nota 10.

3.13. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da MSE, SA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.15.1 Provisões

A MSE, SA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.15.2 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da MSE, SA tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

4 Fluxos de caixa

A rubrica de caixa e depósitos bancários inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, e detalha-se como segue:

	<u>31-12-2023</u>	<u>31-12-2022</u>
Numerário		
Caixa	10.967	9.827
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	68.480	103.252
Depósitos a prazo	-	-
Total Caixa e Depósitos Bancários	<u><u>79.448</u></u>	<u><u>113.079</u></u>

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2022, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos ao exercício anterior.

6 Activos fixos tangíveis

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, os movimentos registados na rubrica “Activos fixos Tangíveis” foram como segue:

	31-12-2023						Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activo fixo tangível em curso	
1 de Janeiro de 2023							
Custo de aquisição	44.734	57.319	171.146	12.430	6.261	-	291.889
Depreciações acumuladas	(18.125)	(54.289)	(73.140)	(12.430)	(6.261)	-	(164.246)
Valor líquido	<u>26.609</u>	<u>3.030</u>	<u>98.005</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>127.643</u>
1 de Janeiro de 2023							
Adições	-	-	-	17.251	-	-	17.251
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Abates-Activos	-	-	-	-	-	-	-
Abates-Depreciações	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações do exercício	(4.473)	(414)	(24.380)	(1.078)	-	-	(30.345)
Valor líquido em	<u>(4.473)</u>	<u>(414)</u>	<u>(24.380)</u>	<u>16.173</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(13.095)</u>
31 de Dezembro de 2023							
Custo de aquisição	44.734	57.319	171.146	29.681	6.261	-	309.140
Depreciações acumuladas	(22.599)	(54.703)	(97.521)	(13.508)	(6.261)	-	(194.592)
Valor líquido em	<u>22.135</u>	<u>2.616</u>	<u>73.625</u>	<u>16.173</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>114.548</u>
31 de Dezembro de 2023							

31-12-2022							
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activo fixo tangível em curso	Total
1 de Janeiro de 2022							
Custo de aquisição	27.304	57.319	171.146	12.430	6.261	-	274.459
Depreciações acumuladas	(13.652)	(51.147)	(48.760)	(12.430)	(5.635)	-	(131.625)
Valor líquido	13.652	6.172	122.385	-	625	-	142.834
1 de Janeiro de 2022							
Adições	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	17.430	-	-	-	-	-	17.430
Abates-Activos	-	-	-	-	-	-	-
Abates-Depreciações	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações do exercício	(4.473)	(3.142)	(24.380)	-	(626)	-	(32.622)
Valor líquido em	12.957	(3.142)	(24.380)	-	(626)	-	(15.192)
31 de Dezembro de 2022							
Custo de aquisição	44.734	57.319	171.146	12.430	6.261	-	291.889
Depreciações acumuladas	(18.125)	(54.289)	(73.140)	(12.430)	(6.261)	-	(164.246)
Valor líquido em	26.609	3.030	98.005	-	(1)	-	127.643
31 de Dezembro de 2022							

7 Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Outros activos financeiros” tinha a seguinte composição:

	<u>31-12-2023</u>	<u>31-12-2022</u>
Fundo Compensação Trabalho	2.973	2.770
	<u>2.973</u>	<u>2.770</u>

8 Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, os saldos com o Estado e Outros Entes Públicos são os seguintes:

	<u>31-12-2023</u>		<u>31-12-2022</u>	
	<u>Devedor</u>	<u>Credor</u>	<u>Devedor</u>	<u>Credor</u>
Imposto sobre o rendimento - IRC (i)	-	5.629	319	4.880
Retenções efectuadas p/terceir	-	-	-	-
Retenções - IRS	-	13.440	-	10.891
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	-	-	-	-
Contribuições Segurança Social	-	14.528	2.860	8.348
Fundo compensação trabalhadores (FCT)	-	-	-	45
Total	<u>-</u>	<u>33.597</u>	<u>3.179</u>	<u>24.164</u>

(i) Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o saldo da conta de IRC tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2023</u>	<u>31-12-2022</u>
Pagamentos por conta	-	-
Pagamento especial por conta	-	-
Pagamento adicional por conta	-	-
Retenções na fonte	-	-
Estimativa de imposto (Nota 25)	(5.629)	(4.103)
Total	<u>(5.629)</u>	<u>(4.103)</u>

9 Outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a composição da rubrica “Outros créditos a receber”, é como segue:

	<u>31-12-2023</u>			<u>31-12-2022</u>		
	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>
Seguradoras	12.308	-	12.308	119.804	-	119.804
Outros	582.671	349.488	932.159	472.694	349.488	822.182
Pessoal	1.046	-	1.046	-	-	-
Total	<u>596.024</u>	<u>349.488</u>	<u>945.512</u>	<u>592.498</u>	<u>349.488</u>	<u>941.986</u>

Em virtude de inexatidões na transposição do programa de Gestão de seguros para a contabilidade, existem saldos com as Seguradoras que não se encontram devidamente expressos, os quais se encontram em processo de conferência e regularização

10 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a MSE tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

Gastos	<u>31-12-2023</u>			<u>31-12-2022</u>		
	<u>Corrente</u>	<u>Não Corrente</u>	<u>Total</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não Corrente</u>	<u>Total</u>
Seguros	1.693	-	1.693	5	-	5
Rendas	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-
Total	<u>1.693</u>	<u>-</u>	<u>1.693</u>	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>5</u>

11 Capital

Capital Subscrito

A Sociedade foi constituída com o capital social de 230.000 Euros, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, representado por 23000 ações de valor nominal de 10 Euros.

	31-12-2023				
	Numero ações	% Capital	Capital social	Prestações acessórias	Total
João Baltazar Mendes	4	0,02%	40	-	40
MSE Imobiliária, S.A.	22996	99,98%	229.960	-	229.960
Total	23.000	100,00%	230.000	-	230.000

12 Outras reservas

A rubrica “Outras reservas” registou o seguinte movimento no exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e 2022:

	31-12-2023	31-12-2022
Saldo Inicial	5.355	5.355
Outras reservas	-	-
Reserva Especial Reinvestimento	295.580	295.580
Saldo Final	300.935	300.935

A rubrica de “Reserva legal” registou o seguinte movimento no exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e 2022:

	31-12-2023	31-12-2022
Saldo Inicial	87.284	87.284
Reforço	-	-
Saldo Final	87.284	87.284

De acordo com a legislação em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporadas no capital.

13 Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	31-12-2023			31-12-2022		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Conta caucionada	382.011	-	382.011	145.519	-	145.519
PME 303204551	16.667	0	16.667	16.667	16.667	33.333
Bankinter	-	150.000	150.000	-	150.000	150.000
Apoio Tesouraria	47.555	72.817	120.373	32.072	135.855	167.928
Livranças	37.500	-	37.500	-	-	-
BFomento	15.625	59.375	75.000	15.625	59.375	75.000
Locações financeiras	25.170	47.417	72.587	21.037	59.469	80.506
Total Empréstimos	524.528	329.610	854.138	230.920	421.366	652.286

14 Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da rubrica “Outras dívidas a pagar” é como segue:

	31-12-2023			31-12-2022		
Pessoal						
Remunerações	-	-	-	1.787	-	1.787
Outros Credores						
Devedores premios seguros	-	-	-	-	-	-
Seguradoras	40.645	-	40.645	49.794	-	49.794
Credores Diversos	6.388	-	6.388	7.515	-	7.515
	47.033	-	47.033	57.309	-	57.309
Acréscimos de gastos						
Férias, Subsídio de Férias e Prémios	17.534	-	17.534	53.376	-	53.376
Electricidade	-	-	-	-	-	-
Outros i)	-	-	-	5.359	-	5.359
	17.534	-	17.534	58.735	-	58.735
	64.566	-	64.566	117.831	-	117.831

Em virtude de inexatidões na transposição do programa de Gestão de seguros para a contabilidade, existem saldos com as Seguradoras que não se encontram devidamente expressos, os quais se encontram em processo de conferência e regularização

15 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da rubrica “Fornecedores” é como segue:

	<u>31-12-2023</u>	<u>31-12-2022</u>
Fornecedores - Gerais	19.091	26.375
Total saldo fornecedores - correntes	<u><u>19.091</u></u>	<u><u>26.375</u></u>

16 Prestações de Serviços

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Prestação de Serviços” é como segue:

Descrição	<u>31-12-2023</u>	<u>31-12-2022</u>
Prestação de Serviços-Facturação	981.310	642.756
Total	<u><u>981.310</u></u>	<u><u>642.756</u></u>

17 Fornecimentos e serviços externos

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” é como segue:

	<u>31-12-2023</u>	<u>31-12-2022</u>
Trabalhos especializados	39.921	22.152
Publicidade e propaganda	0	1.988
Vigilância e segurança	1.808	1.786
Honorários	16.853	22.869
Conservação e reparação	3.877	3.550
Gastos financeiras	24.871	23.802
Ferramentas e utensílios de desgast	1.058	3.361
Livros e documentação técnica	0	0
Material de escritório	2.385	4.539
Artigos para oferta	21.781	6.885
Electricidade	7.379	6.804
Combustíveis	3.003	4.038
Água	2.804	2.556
Deslocações e estadas	26.500	14.302
Rendas	80.963	90.570
Comunicação	10.953	11.709
Seguros	16.922	15.927
Despesas de representação	62.759	29.298
Limpeza, higiene e conforto	1.639	10.968
Outros	691	20.581
Total	<u><u>326.166</u></u>	<u><u>297.686</u></u>

18 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, foram como segue:

Saldo Contabilístico existente no final do exercício . (origem)	Por entidade	31-12-2023		31-12-2022	
		Outros créditos a receber	Outras dívidas a pagar	Outros créditos a receber	Outras dívidas a pagar
Por Natureza					
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de(res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro.					
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro.					
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res) seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros) no caso da actividade de mediação de resseguros.					
Fundos em cobrança às empresas de seguros que respeitam a prémios de resseguro já transferidos pelas empresas de resseguro.					
Remunerações respeitantes a prémios de seguros já cobrados e por cobrar.		12.307,72	40.644,85	186.605,64	53.875,17
Outras quantias		580.030,13	20.235,36	405.892,36	63.955,70
Total		592.337,85	60.880,21	592.498,00	117.830,87

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o número de colaboradores ao serviço da Sociedade foi de 10 e 11 respectivamente.

19 Outros rendimentos

A rubrica “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 é apresentada como segue:

	31-12-2023	31-12-2022
Rendimentos suplementares	-	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	-	60.829
Outros	932	0
Total	932	60.829

20 Outros gastos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da rubrica “Outros gastos” é conforme segue:

	31-12-2023	31-12-2022
Imposto do selo	24.167	16.222
Imposto automóvel	760	723
Taxas	400	400
Sinistros	-	-
Outros gastos	2.555	15.087
Abates de activos fixos tangíveis	-	-
Total	27.882	32.432

21 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	<u>31-12-2023</u>	<u>31-12-2022</u>
Gastos financeiros		
Juros financiamentos bancários	40.472	15.830
Juros depósitos à ordem	-	-
Juros empréstimos de accionistas	-	-
Outros	2.260	2.891
	<u>42.732</u>	<u>18.721</u>

22 Impostos Correntes

A composição do montante de imposto corrente reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

Descrição	<u>31-12-2023</u>	<u>31-12-2022</u>
Imposto sobre o rendimento corrente	(5.629)	(4.103)
Impostos diferidos	-	-
Total	<u>(4.698)</u>	<u>(4.103)</u>

O gasto de imposto sobre o rendimento no exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

Descrição		<u>31-12-2023</u>	<u>31-12-2022</u>
Resultado antes de imposto		6.513	(53.625)
Amortizações não aceites fiscalmente		15.281	15.281
Outros valores a acrescer		2.555	32.746
Outros valores a deduzir		(1)	(60.829)
Lucro tributavel		<u>24.348</u>	<u>(66.427)</u>
Taxa de imposto			
Limite materia colectavel 1	50.000,00	17,00%	17,00%
Limite materia colectavel 2	0,00	21,00%	21,00%
Colecta		1.449	-
Derrama (1,5% sobre lucro tributavel)		365	-
Derrama Estadual (3% sobre lucro tributavel > 1.500.000 €)	0,00	3%	-
Derrama Estadual (5% sobre lucro tributavel > 7.500.000 €)	0,00	5%	-
Tributação autónoma		1.124	4.103
Imposto corrente		<u>2.938</u>	<u>4.103</u>
Beneficio fiscal DLRR		-	-
Total do imposto do exercício		<u>2.938</u>	<u>4.103</u>

23 Remuneração do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração da MSE foram considerados de acordo com a NCRF 5 como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Empresa.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração, apresentam os seguintes valores:

	<u>31-12-2023</u>	<u>31-12-2022</u>
Conselho Administração		
Remunerações	39.029	41.000
Encargos Sociais	9.660	10.148
	<u><u>48.688</u></u>	<u><u>51.148</u></u>

24 Resultado por acção

O resultado por acção, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, foi determinado conforme segue:

	<u>31-12-2023</u>	<u>31-12-2022</u>
Resultado líquido	1.815	(57.728)
Número médio acções em circulação	50.000	50.000
Resultado por acção básico (Euros)	<u><u>0,04</u></u>	<u><u>-1,15</u></u>

25 Acontecimentos ocorridos após a data do Balanço

Não existem acontecimentos relevantes ocorridos após a data do Balanço.

26 Divulgações adicionais para as entidades de interesse público

26.1 Honorários totais facturados durante o período por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas RSM & Associados, SROC, Lda, relativos ao exercício de 2023 foram de 1.230,00 €.

26.2 Impostos em Mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

26.3 Proposta de Aplicação dos resultados do exercício de 2023

Os resultados de 2023 no montante 1.814.70 €, deverão ter a seguinte aplicação:

Resultados Transitados	1.814,70
Reserva Legal	0,00
Reserva especial de investimento	0,00

27 Prestação do serviço de Mediação de Seguros ou de Resseguros para efeito do Art.º 4 da Norma Regulamentar nº 15/2009 de 30 de Dez.

a) Políticas contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remunerações

A MSE, SA, reconhece a remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra, embora admita excepções no exercício da actividade de mediação de seguros, reconhece contabilisticamente o rendimento, aquando da prestação de contas às empresas de seguros.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e tipo

REMUNERAÇÕES (€)		
Por Natureza	31-12-2023	31-12-2022
Numerário	981.310,22	773.370,27
Espécie	0,00	0,00
Total	981.310,22	773.370,27
REMUNERAÇÕES (€)		
Por Tipo	31-12-2023	31-12-2022
Comissões	981.310,22	773.370,27
Honorários	0,00	0,00
Total	981.310,22	773.370,27

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por “Ramo Vida” e “Não Vida”, e por origem:

REMUNERAÇÕES (€)		
Por Ramo	31-12-2023	31-12-2022
Não vida	978.627,31	773.370,27
Vida	2.682,91	2.682,91
Total	981.310,22	776.053,18

REMUNERAÇÕES (€)		
Por Origem	31-12-2023	31-12-2022
Empresas de Seguros	981.310,22	773.370,27
Outros mediadores	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Total	981.310,22	773.370,27

d) Níveis de concentração iguais ou superiores a 25%, das remunerações auferidas pela carteira:

Fidelidade (inclui IB) : 26.62%
 UNA : 46.84%

e) Valores das contas “clientes” no início e final do exercício, assim como o volume movimentado no ano, aplicável para os mediadores de seguros que movimentem fundos relativos a contratos de seguros;”

	31-12-2023	31-12-2022
Valores das contas "Clientes"	Valores do ano	Valores do ano
Saldo inicial clientes	186.605,64	61.354,44
Valor das apólices	981.310,22	773.370,27
Valor das apólices recebidas	-1.155.608,14	-648.119,07
Saldo final clientes	12.307,72	186.605,64

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem :

Saldo Contabilístico existente no final do exercício . (origem)	Por entidade	31-12-2023		31-12-2022	
		Outros créditos a receber	Outras dívidas a pagar	Outros créditos a receber	Outras dívidas a pagar
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários					
Empresas de seguros		12.307,72	40.644,85	186.605,64	53.875,17
Empresas de resseguros					
Outros		580.030,13	20.235,36	460.215,18	137.852,07
Total		592.337,85	60.880,21	646.820,82	191.727,24

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e pagar

Saldo Contabilístico existente no final do exercício . (origem)	Por entidade	31-12-2023		31-12-2022	
		Outros créditos a receber	Outras dívidas a pagar	Outros créditos a receber	Outras dívidas a pagar
Por Natureza					
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de(res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro.					
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro.					
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res) seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários(ou empresas de seguros) no caso da actividade de mediação de resseguros.					
Fundos em cobrança às empresas de seguros que respeitam a prémios de resseguro já transferidos pelas empresas de resseguro.					
Remunerações respeitantes a prémios de seguros já cobrados e por cobrar.		12.307,72	40.644,85	186.605,64	53.875,17
Outras quantias		580.030,13	20.235,36	405.892,36	63.955,70
Total		592.337,85	60.880,21	592.498,00	117.830,87

h) Análise da idade das contas a receber vencidas à data de relato mas sem imparidade e das contas a receber individualmente consideradas com imparidade, bem como os factores que o mediador de seguros ou de resseguros considerou na determinação dessa imparidade;

Não foram registadas imparidades no presente exercício.

i) Garantias colaterais

Sem aplicação durante o exercício.

j) Transmissões de carteiras de seguros

No exercício não se efectuou nenhuma a transmissão de carteira.

k) Contratos cessados com empresas e indemnizações de clientes

Sem aplicação durante o exercício.

l) Natureza das obrigações materiais, incluindo passivos contingentes

Sem aplicação durante o exercício.

m) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações

Por seguradora	31-12-2023		31-12-2022	
	Quota %	Valor	Quota %	Valor
Fidelidade (inclui IB)	17,38%	170.549,00	40,96%	316.810,78
UNA	30,68%	301.075,00	21,83%	214.192,61
Zurich	3,47%	34.011,08	3,74%	36.724,78
AGEAS	3,26%	31.944,99	7,89%	77.382,27
Total	54,78%	981.310,22	74,42%	773.370,27

n) Outras quantias com indicação da sua natureza

Não existem outras quantias a mencionar.

28 Partes Relacionadas

O detalhe das Partes Relacionadas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

Partes relacionadas	31-12-2023		31-12-2022	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
JONUVI - Participações e Consultoria, SA.	41.849	-	41.849	-
MSE Imobiliária	136.212	-	153.512	-
	178.061	-	195.361	-

Lisboa, 15 de Maio de 2024

O Contabilista Certificado

Isabel Beata Coelho

A Administração



RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)

T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto

T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de MSE – Corretores e Consultores de Seguros, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 1.141.888 euros e um total de capital próprio de 174.182 euros, incluindo um resultado líquido de 1.815 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de MSE – Corretores e Consultores de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 28 de maio de 2024



RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA
representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC n.º 320)
registado na CMVM com o n.º 20160076